

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS - EDUCAÇÃO

ERVAS MEDICINAIS, RACISMO RELIGIOSO E O PAPEL DA ESCOLA

Katia Antunes Zephiro (katiazephiro@yahoo.com.br)

Márcia Andréa Nonato (Nonato.cinha@gmail.com)

Regina Célia De Paula (reginaceliapaula1971@gmail.com)

O presente artigo tem como objetivo discutir a relevância dos saberes de matriz afroindígena relacionados ao uso de plantas, ervas e folhas, enfatizando sua importância histórica, cultural, espiritual e terapêutica, bem como as formas de invisibilização e desvalorização a que foram submetidos ao longo do processo colonial e da modernidade ocidental. Tais conhecimentos, transmitidos de geração em geração, carregam uma profunda dimensão ancestral, resultante da observação e da experiência cotidiana, constituindo-se como sistemas próprios de cura que articulam corpo, espírito e natureza em uma lógica circular e relacional. A pesquisa desenvolvida possui abordagem qualitativa e baseia-se nos referenciais teóricos do Grupo Modernidade/Colonialidade, especialmente nos conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser, de racismo epistêmico e religioso e de epistemologias do Sul. Como procedimentos metodológicos, foram utilizados a revisão bibliográfica, a análise de narrativas míticas (itãs), entrevistas abertas, observação participante e visitas a terreiros de Candomblé Ketu, articuladas ainda às vivências docentes dos autores, de modo a construir um olhar crítico e situado sobre a temática. Os resultados evidenciam que os saberes afroindígenas foram sistematicamente marginalizados durante a colonização, quando as práticas medicinais e espirituais ligadas às religiões de matriz africana e indígena passaram a ser

perseguidas, demonizadas e classificadas como superstição, em contraste com o modelo ocidental de ciência e medicina. Tal processo gerou formas persistentes de racismo religioso e epistemicídio, que continuam a impactar a forma como a sociedade brasileira encara os terreiros, as práticas de cura ancestrais e os povos que as mantêm vivas. Ao mesmo tempo, verificou-se que esses conhecimentos seguem presentes na vida cotidiana de comunidades tradicionais, nas periferias urbanas e nos espaços religiosos afroindígenas, em práticas que associam plantas e folhas a divindades, como os orixás, e a usos específicos de cura física e espiritual. Essa permanência demonstra não apenas a resistência desses saberes, mas também sua capacidade de adaptação e recriação em diferentes contextos.

Outro resultado importante diz respeito ao papel da escola e da educação formal nesse processo. Embora a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 estabeleçam a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena, observa-se ainda grande resistência em incluir tais conhecimentos nos currículos e nas práticas pedagógicas. Essa ausência contribui para a reprodução do racismo estrutural e religioso, além de reforçar a hegemonia do conhecimento ocidental. A pesquisa aponta que a inclusão dos saberes afroindígenas nos espaços educativos pode funcionar como instrumento de valorização cultural, de combate ao racismo e ao epistemicídio e de construção de práticas pedagógicas decoloniais, alinhadas às epistemologias do Sul e às lutas sociais contemporâneas. Conclui-se, portanto, que reconhecer e valorizar os saberes de matriz afroindígena sobre plantas, ervas e folhas é fundamental não apenas para a afirmação das identidades e culturas historicamente marginalizadas, mas também para ampliar os horizontes de conhecimento em tempos de crise socioambiental, de avanço da intolerância religiosa e de intensificação do racismo. Ao visibilizar esses saberes no espaço acadêmico e escolar, este artigo contribui para a construção de uma educação plural, crítica e comprometida com a justiça cognitiva, a interculturalidade e a superação das hierarquias coloniais que ainda estruturam a sociedade brasileira.

Palavras-chave: educação; antirracismo; decolonialidade; relações étnicorraciais.